Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação

URGÊNCIA DIGITAL, DESPRESTÍGIO DO ANALÓGICO: A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA NA LÓGICA DO CAPITAL[1]

DIGITAL URGENCY, ANALOG DISCREDIT: MEMORY PRESERVATION UNDER THE LOGIC OF CAPITAL

URGENCIA DIGITAL, DESPRESTIGIO DE LO ANALÓGICO: LA PRESERVACIÓN DE LA MEMORIA BAJO LA LÓGICA DEL CAPITAL

Thiago Felipe Soares da Silva[2]
Natália Marinho do Nascimento[3]
Maria Leandra Bizello[4]

Submetido em: 07/03/2026
Aprovado em: 19/07/2026
Publicado em: 31/07/2026

Artigo submetido ao sistema de similaridade turnitin

[1] Este artigo é resultado de trabalho submetido, avaliado, aprovado, apresentado e premiado no XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), na modalidade Prêmio ANCIB de Melhores Trabalhos por GT.

[2] Doutorando em Ciência da Informação pelo Programa de Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp. E-mail: thiagofelipe.mcz23@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0009-0001-1954-3035.

[3] Professora Assistente do Departamento de Ciência da Informação e Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Faculdade de Filosofia e Ciências - Unesp, Marília. E-mail: natalia.nascimento@unesp.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0770-2035.

[4] Doutora Multimeios pela Universidade Estadual de Campinas e Professora do Curso de Arquivologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação na UNESP, campus Marília. E-mail: ml.bizello@unesp.br. ORCID: http://orcid.org/0000-0002-6009-2635.

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Resumo: O artigo analisa como a lógica do capital reconfigura a preservação da memória em um contexto marcado pela urgência da digitalização e pelo desprestígio dos acervos analógicos. Parte-se de uma abordagem qualitativa e exploratória, ancorada em revisão bibliográfica e análise documental, mobilizando autores que discutem capital simbólico, mercantilização da cultura, plataformas digitais e perspectivas decoloniais da memória. Examina-se de que modo obsolescência tecnológica, fragilidade infraestrutural e mercantilização da informação afetam a perenidade dos registros e a pluralidade das narrativas preservadas, com ênfase nos riscos de apagamento de experiências subalternizadas e na perda da materialidade dos suportes. Os resultados indicam que, quando a memória é tratada em "regime de lucro", decisões de digitalização e descarte tendem a privilegiar conteúdos midiaticamente rentáveis, reforçando assimetrias de acesso e visibilidade. Argumenta-se a favor de políticas de preservação híbridas, que combinem suporte analógico e digital, incorporem participação comunitária e articulem critérios técnicos com justiça social e epistemológica. Conclui-se que enfrentar os efeitos da lógica do capital sobre a memória exige estratégias de preservação que valorizem a diversidade de formas de registro e reconheçam o papel político das escolhas arquivísticas.

Palavras-Chave: Preservação da memória; digitalização; lógica do capital; acervos analógicos; patrimônio cultura.

Abstract: *This article examines how the logic of capital reshapes memory preservation in a context marked by digital urgency and the discrediting of analogue collections. It adopts a qualitative, exploratory approach based on literature review and documentary analysis, drawing on authors who discuss symbolic capital, the commodification of culture, digital platforms and decolonial perspectives on memory. The study analyses how technological obsolescence, infrastructural fragility and the commodification of information affect both the long-term durability of records and the plurality of preserved narratives, with particular attention to the erasure of subaltern experiences and the loss of material supports. The findings indicate that when memory is managed under a "profit regime", digitisation and disposal decisions tend to privilege media-friendly, marketable content, reinforcing asymmetries of access and visibility. The article argues for hybrid preservation policies that combine analogue and digital media, incorporate community participation and articulate technical criteria with social and epistemic justice. It concludes that confronting the effects of the logic of capital on memory requires preservation strategies that value diverse forms of recording and acknowledge the political role of archival choices.*

Keywords: *Preservation of memory; digitization; logic of capital; analog collections; cultural heritage.*

Resumen*: El artículo analiza cómo la lógica del capital reconfigura la preservación de la memoria en un contexto marcado por la urgencia digital y el desprestigio de los acervos analógicos. Se adopta un enfoque cualitativo y exploratorio, basado en revisión bibliográfica y análisis documental, movilizando autores que discuten el capital simbólico, la mercantilización de la cultura, las*

plataformas digitales y las perspectivas decoloniales de la memoria. Se examina de qué manera la obsolescencia tecnológica, la fragilidad de la infraestructura y la mercantilización de la información afectan tanto la perdurabilidad de los registros como la pluralidad de las narrativas preservadas, con énfasis en el borramiento de experiencias subalternizadas y en la pérdida de la materialidad de los soportes. Los resultados indican que, cuando la memoria se gestiona en un "régimen de lucro", las decisiones de digitalización y descarte tienden a privilegiar contenidos mediáticamente rentables, reforzando asimetrías de acceso y visibilidad. El artículo defiende políticas de preservación híbridas que combinen soportes analógicos y digitales, incorporen la participación comunitaria y articulen criterios técnicos con justicia social y epistemológica. Se concluye que enfrentar los efectos de la lógica del capital sobre la memoria exige estrategias de preservación que valoren la diversidad de formas de registro y reconozcan el papel político de las decisiones archivísticas.

***Palabras clave**: Preservación de la memoria; digitalización; lógica del capital; colecciones analógicas; patrimonio cultural.*

1 INTRODUÇÃO

A memória desempenha papel central na construção das identidades individuais e coletivas, pois se estrutura a partir de interações sociais e experiências compartilhadas no interior de grupos, orientando a formação de identidades culturais e a transmissão de saberes entre gerações (Halbwachs, 1990, p. 25–27). Nessa perspectiva, lembrar significa reconstruir o passado a partir de quadros sociais presentes, e não recuperar imagens fixas armazenadas em um sujeito isolado. Em escala global, a UNESCO concebe a memória do mundo como a recordação coletiva registrada das populações, corporificada em acervos documentais que constituem parte significativa do patrimônio cultural, rastreando o desenvolvimento de ideias, descobertas e conquistas da civilização humana e legando esses registros às comunidades atuais e futuras (UNESCO, 2016, p. 2–4).

A crescente influência do capitalismo reconfigura a forma como produzimos, consumimos e preservamos informações e memórias.

Para Harvey (2011, p. 16), a lógica do capital não apenas organiza espaço e tempo, mas também molda o que é lembrado ou esquecido, subordinando processos sociais às exigências de acumulação. No contexto da digitalização, essa influência torna-se ainda mais evidente, na medida em que memórias históricas passam a ser mediadas por plataformas digitais que priorizam eficiência e lucro em detrimento de autenticidade e preservação de longo prazo (Bachi *et al*., 2014, p. 78, nossa tradução).

A expansão dos objetos digitais em múltiplos domínios intensifica os desafios da preservação da memória contemporânea, ao exigir garantias de longevidade, integridade e legibilidade em ambientes técnicos instáveis (Márdero Arellano, 2008, p. 43). Diversos autores distinguem estratégias de preservação digital de natureza estrutural, associadas à infraestrutura, política e cultura organizacional, e estratégias operacionais, relacionadas a procedimentos como migração, emulação e o uso sistemático de metadados (Márdero Arellano, 2008, p. 61; Santos & Flores, 2015, p. 4; Thomaz, 2004, p. 90). Em paralelo, o chamado "capitalismo cultural", na leitura de Duarte a partir da crítica adorniana à indústria cultural, indica que a mercantilização da cultura administra bens simbólicos, filtrando e padronizando aquilo que deve ser consumido e lembrado (Duarte, 2003, p. 285). Tal processo opera como filtro seletivo sobre o que é preservado e celebrado, frequentemente à custa de narrativas marginalizadas e formas alternativas de memória.

A tensão central deste artigo emerge justamente das interseções entre a lógica do capital e os processos de preservação da memória em um cenário em que eficiência, inovação e digitalização são elevadas à condição de imperativos. A urgência da digitalização,

apresentada como solução inadiável para instituições de memória, pode paradoxalmente contribuir para a desvalorização do analógico, ao reforçar a ideia de que somente o que é convertido em dados permanece relevante. Ernst e Parikka (2012, p. 5) argumentam que o excesso de dados produzido pela digitalização sobrecarrega sistemas de armazenamento e entorpece a capacidade de discernir informações significativas, favorecendo uma memória coletiva fragmentada e superficial. A pressão pela atualização tecnológica constante e pela novidade, traço estrutural do capitalismo, ameaça práticas tradicionais de preservação que são vitais para uma compreensão contextualizada do passado, promovendo homogeneização da memória e perda de diversidades culturais.

Nesse contexto, torna-se decisivo considerar a materialidade dos suportes de memória. Chartier enfatiza que dispositivos como livros e jornais impressos desempenham papel crucial na formação e transmissão do saber, e que mutações nos modos de leitura e armazenamento transformam regimes de legitimação e circulação dos discursos (Chartier, 1997, p. 109). Em passagem emblemática, o autor descreve publicações periódicas que circulam inteiramente em meio digital, sem inscrição em papel, antecipando um cenário em que a composição eletrônica de jornais seria diretamente recebida em tela, sem impressão em milhares de exemplares (Chartier, 1997, p. 137). Essa reflexão torna tangível o deslocamento entre regimes de materialidade e evidencia impactos nas práticas de leitura, nas formas de circulação e nos critérios de legitimidade cultural.

A relevância desta pesquisa reside na necessidade de compreender criticamente os desafios contemporâneos da preservação da memória em um ambiente atravessado por rápidas

transformações tecnológicas e pela lógica de mercado. À medida que a digitalização avança, novos arranjos de conservação de informações e memórias surgem, exigindo revisão de métodos tradicionais frequentemente subordinados à rapidez e à eficiência capitalistas. Pollak (1992, p. 200) sublinha que memória e saber são produtos de lutas simbólicas e políticas, de modo que as formas de preservação são atravessadas por relações de poder e disputas de legitimidade. Bauman (2000, p. 8, 15) acrescenta que a modernidade líquida torna laços sociais, instituições e biografias instáveis e descartáveis, deslocando o valor da durabilidade para a transitoriedade e afetando diretamente as formas de lembrar e esquecer.

Ao caracterizar a modernidade líquida, Bauman descreve um período marcado por fluidez e volatilidade das relações sociais e institucionais, em que transformações velozes, impulsionadas pelo capitalismo, fragilizam ancoragens tradicionais de sentido, como família, igreja e Estado (Bauman, 2000, p. 9–12). Nessa conjuntura, torna-se particularmente pertinente recuperar a formulação clássica de Le Goff, para quem todo documento é simultaneamente documento e monumento, isto é, vestígio construído segundo interesses de poder, sendo ao mesmo tempo verdadeiro e falso (Le Goff, 1990, p. 545). A digitalização, longe de neutralizar disputas em torno da produção documental, reinscreve-as em novos regimes técnicos e econômicos, reconfigurando as condições de emergência, circulação e esquecimento das memórias.

Diante desse quadro, esta pesquisa busca explorar as tensões entre digitalização e preservação e contribuir para um entendimento mais aprofundado sobre como salvaguardar memórias em ambiente de transformações constantes, assegurando reconhecimento e

valorização de vozes diversas e narrativas marginalizadas. O objetivo geral do artigo é analisar as implicações da lógica do capital nos processos contemporâneos de preservação da memória, investigando a tensão entre a urgência da digitalização de acervos e a tendência concomitante de substituição e desvalorização de formatos analógicos. Pretende-se identificar e discutir riscos e desafios decorrentes dessa dinâmica, de modo a iluminar as complexas relações entre economia, tecnologia e salvaguarda do patrimônio memorial.

A metodologia articula revisão bibliográfica sistemática e análise documental sob perspectiva qualitativa e exploratória. A revisão bibliográfica fornece o arcabouço teórico sobre memória, digitalização e forças econômicas, com destaque para autores como Halbwachs, UNESCO, Harvey, Márdero, Santos & Flores, Thomaz, Duarte, Chartier, Pollak, Bauman e Le Goff. A análise documental, por sua vez, incide sobre documentos oficiais, políticas públicas e iniciativas institucionais voltadas à preservação, buscando evidenciar como a lógica do capital influencia decisões e práticas relacionadas à memória coletiva. De acordo com Flick (2014, p. 282–283), a análise de documentos constitui técnica potente para acessar rotinas institucionais e concepções subjacentes, ao examinar rastros textuais de decisões e projetos. A triangulação entre revisão bibliográfica e análise documental reforça a validade e profundidade da investigação, permitindo compreender de maneira mais abrangente como as pressões do capitalismo se manifestam na preservação e nas experiências individuais e coletivas de lembrar e esquecer.

2 A LÓGICA DO CAPITAL E A PRODUÇÃO DA MEMÓRIA NA CONTEMPORANEIDADE

Na contemporaneidade, a lógica do capital influencia de modo decisivo como a memória é produzida, circulada e valorizada. A acumulação de capital projeta-se para além da esfera monetária, incidindo sobre a produção e a preservação da memória cultural e histórica. Bourdieu mostra que o capital simbólico – que inclui prestígio, memória e legado – é recurso central nas lutas por reconhecimento, de modo que a legitimação de certas narrativas depende diretamente do poder econômico (Bourdieu, 1984a, p. 3–4).

A obsolescência programada, descrita por Mészáros como encurtamento deliberado da vida útil de produtos e tecnologias para sustentar o consumo, é um desdobramento emblemático dessa lógica (Mészáros, 1989, p. 16). Nessa "sociedade descartável", bens potencialmente duráveis são projetados para serem eliminados antes de esgotada sua vida útil, ao preço de desperdício acelerado. No campo da memória, isso favorece a saturação de informações fugazes e subordina a preservação de longo prazo à rentabilidade de curto prazo, fazendo depender a permanência de registros de sua capacidade de gerar atenção e engajamento.

A mercantilização da memória aprofunda esse quadro. Appadurai argumenta que, ao entrarem na circulação mercantil, bens culturais passam a ser regidos por regimes de valor que podem deslocar radicalmente seus significados e usos (Appadurai, 1986, p. 3). A memória converte-se em mercadoria consumível e descartável, com risco para a autenticidade e a complexidade das narrativas envolvidas.

A digitalização intensifica essas tendências ao articular memórias

com dispositivos técnicos, plataformas e modelos de negócio baseados na captura e monetização de dados. Experiências de grupos marginalizados tendem a ser as primeiras excluídas, por não se adequarem a formatos dominantes ou por gerarem menor rentabilidade. Bachi *et al*. apontam que, na "era da digitalização", a cultura de massa é apresentada como cultura de qualidade, ao mesmo tempo em que se estreitam os filtros que definem o que circula e permanece acessível (Bachi *et al*., 2014, p. 78). Produz-se, assim, um enviesamento estrutural, que privilegia narrativas midiaticamente rentáveis e empurra outras para a invisibilidade institucional.

Certeau observa que narrativas da cultura popular são moldadas por forças econômicas e institucionais que decidem quais histórias são dignas de serem contadas e lembradas (Certeau, 1990, p. 40). Muitas experiências ficam à margem, e o que se impõe como memória legítima reflete a capacidade de determinados grupos de impor seus relatos. A digitalização, guiada por imperativos de eficiência e inovação, reforça essa seletividade, longe de constituir ferramenta neutra.

Bratton interpreta a infraestrutura digital como um "stack" de camadas interdependentes – da nuvem às interfaces – que reconfiguram relações de poder e significados associados à memória (Bratton, 2016, p. 15). Registros passam a ser codificados, indexados e consumidos segundo critérios definidos por operadores de infraestrutura e plataformas, frequentemente fora do alcance dos usuários finais. O ideal de internet como espaço de democratização do acesso colide com regimes de propriedade, governança e opacidade algorítmica que condicionam o que pode ser visto,

lembrado e compartilhado.

Sandvig mostra como grandes empresas de comunicação e conectividade interferem no tráfego de internet, com impactos diretos na democratização das tecnologias de informação (Sandvig, 2008, p. 9). Sem percepção do usuário, o acesso é controlado por bloqueios de endereços, filtragem de conteúdo e priorização de tráfego, muitas vezes sob o argumento de desempenho (Sandvig, 2008, p. 9). Essas decisões técnicas e comerciais atuam como filtros invisíveis que reorganizam hierarquias de visibilidade e influenciam a circulação e a preservação de conteúdos digitais. A memória passa a depender de infraestruturas proprietárias, guiadas por lógicas de rentabilidade e por decisões opacas de ranqueamento, moderação e arquivamento.

A mercantilização e a plataformização da memória comprometem a pluralidade de vozes e aprofundam assimetrias entre grupos com maior ou menor capacidade de produzir e difundir registros. Em contextos marcados por colonialismo, racismo e desigualdades estruturais, a exclusão informacional reforça exclusões políticas e epistêmicas. Smith sustenta que descolonizar metodologias exige revisar criticamente os modos como pesquisa e escrita da história foram usados para silenciar povos indígenas e outros grupos (Smith, 2012, p. 29). No campo da preservação, isso implica integrar de modo substantivo as vozes de comunidades marginalizadas na definição do que preservar, de como descrever e onde armazenar, questionando critérios históricos de seleção e legitimação.

A articulação entre lógica do capital, obsolescência programada e mercantilização da cultura torna urgente articular preservação digital, justiça social e justiça epistemológica. Estratégias baseadas apenas em eficiência técnica e sustentabilidade econômica tendem a

reproduzir as assimetrias que pretendem enfrentar. Políticas que combinem tecnologias contemporâneas, participação comunitária, pluralidade de suportes e compromisso com narrativas contra-hegemônicas podem favorecer uma memória mais diversa e menos capturada por imperativos mercadológicos. Nesse horizonte, é crucial apoiar arquivos comunitários, repositórios de acesso aberto e políticas públicas que defendam tanto a diversidade de memórias quanto a neutralidade e abertura das infraestruturas que as sustentam.

3 A URGÊNCIA DA DIGITALIZAÇÃO: PROMESSAS DE ACESSO E OS RISCOS DA EFEMERIDADE

A digitalização tem sido promovida como instrumento decisivo de preservação da memória cultural e histórica, ao ampliar o acesso a documentos e informações em múltiplas escalas. Jenkins a insere na cultura da convergência, em que conteúdos antes restritos a suportes físicos passam a circular por diversas mídias e plataformas, abrindo novas possibilidades de apropriação e recombinação por diferentes públicos (Jenkins, 2006, p. 3). Nessa chave, a digitalização é apresentada como promessa de inclusão, permitindo que vozes historicamente marginalizadas disputem visibilidade em espaços digitais potencialmente globais.

Essa promessa, porém, convive com riscos significativos para a preservação de longo prazo em ambientes digitais. Um ponto crítico é a obsolescência de formatos e infraestruturas, que pode tornar rapidamente incompatíveis arquivos e sistemas hoje correntes. Bone descreve esse quadro como "efêmero tecnológico", em que obras e documentos desaparecem não pela deterioração física, mas pela

perda de suporte, de software ou de contexto de execução (Bone, 2013, p. 95).

A efemeridade digital traz ainda questões de autenticidade e integridade. Embora a facilidade de copiar e transformar arquivos alimente a percepção de instabilidade, Bone lembra que todo documento, analógico ou digital, resulta de escolhas e enquadramentos intencionais (Bone, 2013, p. 95). O diferencial do digital está na escala e na velocidade de produção, alteração e descarte, que ampliam o risco de perda e dificultam o acompanhamento das transformações de cada registro. Falhas em sistemas de armazenamento, descontinuidade de serviços em nuvem e encerramento de plataformas podem tornar invisíveis ou irrecuperáveis conjuntos relevantes de memória em lapsos de tempo reduzidos, contrariando a narrativa de "acesso permanente em qualquer lugar".

Para além dos desafios técnicos, a digitalização está imersa em dinâmicas de mercado que reconfiguram a produção, a disponibilização e a monetização das memórias. Appadurai indica que, ao ingressarem na circulação mercantil, bens culturais passam a ser regidos por regimes de valor que deslocam sentidos originais, articulando-os a lógicas de escassez, desejo e distinção (Appadurai, 1986, p. 3). No ambiente digital, fotografias de arquivo, objetos musealizados e narrativas pessoais convertem-se em ativos que geram cliques, dados e receita publicitária, reorganizando hierarquias de visibilidade. Leonel mostra como a nostalgia se torna vetor central dessa mercantilização, quando "revivals" e memórias digitais são reeditados e reembalados como produtos midiáticos voltados ao consumo e ao engajamento (Leonel, 2020, p. 45). Nesse processo, a

seleção do que é digitalizado e mantido online é atravessada por critérios de rentabilidade e potencial de audiência, o que tende a privilegiar narrativas mais comercializáveis e a marginalizar histórias dissonantes.

Essa articulação entre digitalização e mercado afeta diretamente a diversidade das memórias preservadas. Conteúdos que não se ajustam a expectativas de audiência, formatos padronizados ou estratégias de monetização recebem menos investimento em digitalização e infraestrutura, perpetuando assimetrias entre grupos sociais e tipos de acervo. O risco não é apenas a perda de documentos, mas a consolidação de um panorama memorial em que certas experiências, territórios e sujeitos permanecem residuais ou ausentes.

Diante desse cenário, torna-se necessário relativizar discursos que tratam a digitalização como solução definitiva para a preservação da memória. Reconhecer as vantagens do acesso ampliado – consulta remota, redução de barreiras geográficas e redes de colaboração – exige, simultaneamente, atenção aos limites estruturais, econômicos e políticos que condicionam a perenidade dos conteúdos digitais. Grácio *et al*. ressaltam que políticas de memória digital devem articular, de forma integrada, aspectos organizacionais, legais e técnicos, com definição de responsabilidades, infraestruturas confiáveis, observância de marcos legais, adoção de padrões interoperáveis e previsão de recursos de longo prazo (Grácio *et al*., 2013, p. 112). Na ausência desses elementos, iniciativas de digitalização tendem a gerar coleções fragmentadas e vulneráveis, dependentes de projetos pontuais e de financiamentos instáveis.

Nessa perspectiva, a digitalização precisa ser concebida menos

como fim em si e mais como componente de uma política de preservação que articule requisitos técnicos, compromissos éticos e participação social. Importa considerar não apenas "quanto" se digitaliza, mas "como", "para quem" e "sob quais condições de acesso e controle" esses materiais serão sustentados ao longo do tempo. Em última instância, a urgência de digitalizar deve ser acompanhada da construção de infraestruturas e marcos institucionais capazes de impedir que as memórias hoje convertidas em bits se tornem, amanhã, rastros efêmeros de um passado inacessível.

4 O DESAPARECIMENTO DO ANALÓGICO: DESVALORIZAÇÃO, ACESSIBILIDADE E A PERDA DA MATERIALIDADE DA MEMÓRIA

A passagem do analógico ao digital ampliou o acesso à informação, mas também produziu desvalorização de acervos e práticas analógicas. Hummel ironiza esse movimento ao anunciar o "desaparecimento do mundo analógico", cujo "filho mais ilustre, o mundo digital", assume relutantemente a responsabilidade de liderar a sociedade pós-covid (Hummel, 2020, p. 1). A metáfora evidencia a tendência de tratar o analógico como obsoleto, embora documentos físicos preservem materialidade e experiências sensoriais pouco consideradas em contextos orientados por velocidade e desmaterialização.

Marcas de uso, desgastes, anotações e intervenções nos suportes configuram camadas de significado difíceis de traduzir em imagens digitalizadas. A priorização de projetos digitais, sem investimentos equivalentes em conservação de originais, leva muitas instituições a negligenciar bibliotecas, arquivos e museus físicos,

empobrecendo práticas de manuseio e fruição que dependem do contato direto com o objeto. Páginas amareladas, dobras, cheiros e texturas funcionam como índices de trajetórias e temporalidades, que se perdem quando a experiência se reduz a arquivos planos em tela.

Certeau enfatiza que a materialidade dos suportes e os modos cotidianos de uso integram a produção de significados, de modo que práticas de leitura, escrita e conservação não podem ser dissociadas dos objetos que as sustentam (Certeau, 1990, p. 40). Quando a memória é mediada quase exclusivamente por plataformas digitais, corre-se o risco de simplificar a complexidade histórica em fluxos de informação descontextualizados, apartados de seus vínculos materiais e sociais. Livros e documentos físicos carregam histórias de circulação inscritas em dedicatórias, carimbos e intervenções manuscritas, compondo um nível de informação que a simples digitalização tende a apagar.

A acessibilidade digital, frequentemente celebrada como universal, é atravessada por desigualdades de infraestrutura, equipamentos, conexão e letramento tecnológico. Silveira lembra que "abrir as portas para o mundo da informação" é apenas um pequeno passo, fortemente condicionado pelo poder de aquisição (Silveira, 2001, p. 5). Assim, a digitalização pode reforçar exclusões ao concentrar memórias em ambientes inacessíveis a parcelas significativas da população; comunidades com acesso precário à internet permanecem invisíveis nas narrativas digitalizadas. A manutenção de práticas analógicas e dispositivos de acesso local torna-se, portanto, elemento central de políticas de preservação inclusivas.

A perda de materialidade repercute também sobre as dimensões

sensoriais da experiência da memória. Pires e Silva observam que a cultura contemporânea privilegia a visualidade em detrimento de outros sentidos, produzindo experiências fragmentadas e empobrecidas, que dificultam a construção de memórias duradouras (Pires & Silva, 2014, p. 45). No contato com objetos físicos, visão, tato e olfato se combinam, gerando ancoragem corporal que a abstração digital raramente reproduz.

Benjamin, ao discutir a obra de arte na era da reprodutibilidade técnica, argumenta que a multiplicação de cópias tende a corroer a "aura" associada à unicidade e à inserção histórica do objeto (Benjamin, 2008, p. 23). Embora a reprodutibilidade amplie o acesso, o objeto material mantém valor simbólico enquanto testemunho de um tempo e de um contexto específicos (Benjamin, 2008, p. 23). No campo da memória, isso reforça a ideia de que acervos físicos constituem testemunhos insubstituíveis, que não podem ser totalmente substituídos por versões digitais.

A existência de acervos analógicos permanece, assim, componente essencial de políticas de preservação comprometidas com a diversidade de formas de memória. Tratar o digital como complemento – e não como sucessor automático – abre espaço para estratégias híbridas que integrem digitalização, conservação física, mediação presencial e participação comunitária. Em vez de celebrar o "fim" do analógico, torna-se estratégico reconhecer sua persistência como condição para uma memória mais rica, plural e enraizada em diferentes suportes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou as interações entre memória, digitalização e

lógica do capital, mostrando como essas dinâmicas impactam a preservação cultural na contemporaneidade. A pesquisa evidenciou que a urgência da digitalização, combinada à desvalorização do analógico, reconfigura de modo profundo as formas de produzir, selecionar e conservar memórias. Longe de solução neutra ou definitiva, a digitalização revela-se atravessada por condicionantes econômicos, políticos e técnicos que afetam tanto a perenidade dos acervos quanto a pluralidade das narrativas preservadas.

Os resultados indicam que a digitalização amplia o acesso e cria novas possibilidades de circulação de conteúdos, mas introduz riscos ligados à obsolescência tecnológica, à fragilidade infraestrutural e à perda da materialidade da memória. Quando a informação é tratada prioritariamente como mercadoria, decisões sobre o que preservar e disponibilizar tendem a ser guiadas por critérios de visibilidade e rentabilidade, em detrimento de critérios históricos, sociais e éticos. Confirma-se, assim, que a lógica do capital interfere na preservação não apenas por meio de restrições orçamentárias, mas também por filtros simbólicos que privilegiam determinados conteúdos e silenciam outros.

A investigação mostrou ainda que muitas políticas e práticas de preservação desconsideram as raízes socioeconômicas e políticas que moldam a produção e o apagamento de memórias. Em diversos contextos, a digitalização é orientada por agendas institucionais e mercadológicas que podem reforçar desigualdades pré-existentes, marginalizando vozes e experiências subalternizadas. Ao mesmo tempo, ganham visibilidade iniciativas que articulam preservação digital com participação comunitária, valorização de tradições orais e fortalecimento de acervos locais, sugerindo caminhos para um

patrimônio mais inclusivo e plural.

Nesse sentido, foram corroboradas as hipóteses sobre a importância de incorporar perspectivas críticas e decoloniais às políticas de memória. Ao evidenciar que práticas de digitalização frequentemente respondem a interesses mercadológicos que marginalizam experiências não reconhecidas, reforça-se a necessidade de abordagens que valorizem a diversidade cultural e a participação ativa das comunidades na definição de prioridades de preservação. Essa proposta dialoga com autores que enfatizam narrativas localizadas e lutas pela representação, bem como com experiências que aproximam instituições culturais e grupos sociais historicamente invisibilizados.

Outro resultado relevante diz respeito à centralidade da materialidade nos processos de construção e transmissão da memória. A análise mostrou que suportes analógicos não podem ser reduzidos a meros "estágios anteriores" do digital, pois concentram dimensões sensoriais, afetivas e contextuais que contribuem para a densidade da experiência histórica. A oposição simplificadora entre analógico e digital foi problematizada, apontando-se a importância de estratégias híbridas que combinem conservação física, digitalização qualificada, mediação presencial e infraestruturas tecnológicas sustentáveis.

Essas constatações abrem um campo fértil para pesquisas futuras sobre modelos de preservação que articulem, de forma equilibrada, requisitos técnicos, justiça social e participação de diferentes comunidades de memória. Entre os desdobramentos possíveis, destacam-se o aprofundamento de análises sobre governança de plataformas e seus efeitos na visibilidade das

memórias, o desenvolvimento de metodologias colaborativas para definição de prioridades de preservação e o exame crítico de padrões técnicos internacionais à luz de contextos locais e periféricos.

Em síntese, a pesquisa reforça que a preservação da memória cultural e histórica não deve ser tratada apenas como questão técnica ou administrativa. Ela envolve escolhas normativas, disputas de sentido e responsabilidades compartilhadas entre instituições, comunidades e formuladores de políticas. Construir um patrimônio mais sustentável e plural exige compromisso contínuo com a diversidade de formas de memória, com a inclusão de diferentes vozes e com a crítica às lógicas de mercantilização que reduzem experiências complexas a ativos informacionais. Ao reconhecer esses desafios, abre-se espaço para imaginar e praticar formas de preservação capazes de honrar, simultaneamente, passado, presente e futuro das sociedades em sua multiplicidade.

REFERÊNCIAS

APPADURAI, Arjun. **The social life of things:** commodities in cultural perspective. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

BACHI, Valentina; FERRARI, Sara; LAGOZE, Carl; GAVREL, Delphine. The digitization age: mass culture is quality culture. Challenges for cultural heritage in the digital society. *In*: **EUROPEAN MEDITERRANEAN CONFERENCE (EUROMED)**, 5., 2014, Limassol. Digital heritage: progress in cultural heritage documentation, preservation, and protection. Limassol: EuroMed, 2014. Disponível em: https://resources.riches-project.eu/digitization-age-mass-culture-is-quality-culture. Acesso em: 7 maio 2025.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BONE, Silvana. **O efêmero tecnológico e a ausência da arte computacional nos acervos brasileiros**. 2013. Tese (Doutorado em Artes Visuais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_882a417916d7519737c09bc3ed466573/Details. Acesso em: 9 maio 2025.

BOURDIEU, Pierre. Espace social et genèse des classes. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, v. 52, n. 1, p. 3–14, 1984.

BRATTON, Benjamin H. **The stack**: on software and sovereignty. Cambridge: MIT Press, 2016.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Tradução de Ana Maria de Almeida Dias. São Paulo: Papirus, 1990.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**: conversações com Jean Lebrun. Tradução de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora Unesp, 1998.

DUARTE, Rodrigo. **Adorno/Horkheimer & A Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. 68 P. Educação e Filosofia, Uberlândia, v. 17, n. 34, p. 285–289, 2008. DOI: 10.14393/REVEDFIL.v17n34a2003-619. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/619. Acesso em: 7 maio. 2025.

DUARTE, Rodrigo. **Indústria cultural**: uma introdução. 2. ed. **Belo Horizonte**: Editora UFMG, 2010.

ERNST, Wolfgang; PARIKKA, Jussi. **Digital memory and the archive**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2012.

FLICK, Uwe. **An introduction to qualitative research**. 5. ed. London: Sage Publications, 2014.

FORMENTON, Danilo; GRACIOSO, Luciana de Souza; CASTRO, Fabiano Ferreira de. Revisitando a preservação digital na perspectiva da Ciência da Informação: aproximações conceituais. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 170–191, jan./abr. 2015. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1587. Acesso em: 2 maio 2025.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições 34, 1991.

GRÁCIO, José Carlos Abbud; FADEL, Bárbara; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Preservação digital nas instituições de ensino superior: aspectos organizacionais, legais e técnicos**. Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 111–129, jul./set. 2013. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/entities/publication/e80f5e2e-eef5-4b21-82b3-5a99e3e48b12. Acesso em: 4 abr. 2025.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Maria Luiza Heilborn. São Paulo: Centauro, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HUMMEL, Guilherme S. **Informamos o desaparecimento em 2020 do mundo analógico**. Telehealth: o avanço digital na saúde, São Paulo, 14 abr. 2020. Disponível em: https://www.saudebusiness.com/artigos/informamos-o-desaparecimento-em-2020-do-mundo-analogico. Acesso em: 6 abr. 2025.

JENKINS, Henry. **Convergence culture: where old and new media collide.** New York: New York University Press, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

LEONEL, Bruno Vieira. **Revivals, memórias digitais e ressonância: a mercantilização da nostalgia nas mídias**. 2020. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020. Disponível em: https://repositorio.uel.br/items/25d9156d-ff8a-4357-a25c-5b867e4e2e2c. Acesso em: 6 maio 2025.

MÁRDERO ARELLANO, Miguel Ángel. **Critérios para a preservação digital da informação científica**. 2008. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1518/1/2008_MiguelAng

elMarderoArellano.pdf. Acesso em: 6 maio 2025.

MÉSZÁROS, István. **Produção destrutiva e o Estado capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989.

PIRES, Maria Cristina Ferreira; SILVA, Sandra Lúcia P. Cultura política e cultura visual: Aproximações teóricas e metodológicas. **Revista Diálogos**: Extensão e Aprendizagem: tempos e espaços, Brasília, v. 19, n. 1, p. 41-49, dez. 2014.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social (Esta conferência foi transcrita e traduzida por Monique Augras. A edição é de Dora Rocha). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Pollak-memoria_e_identidade_social.pdf. Acesso em: 8 maio 2025.

SANDVIG, Christian. Neutralidade da rede e a nova via pública. **Politics**, [S.l.], v. 2, p. 3–13, 2009.

SANTOS, Henrique Machado dos; FLORES, Daniel. Preservação de documentos arquivísticos digitais autênticos: reflexões sobre as estratégias de emulação. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 20, n. 43, p. 3–19, maio/ago. 2015. Disponível em: https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/603. Acesso em: 3 maio 2025.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Exclusão digital**: a miséria na era da informação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Decolonizing methodologies**: research and indigenous peoples. 2. ed. London: Zed Books, 2012.

THOMAZ, Kátia de Pádua. **A preservação de documentos eletrônicos de caráter arquivístico**: novos desafios, velhos problemas. 2004. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/items/1b697c86-38dc-4842-9319-c03d0c0c0d2d. Acesso em: 6 maio 2025.

UNESCO. **Memory of the World**: general guidelines to safeguard documentary heritage. Paris: UNESCO, 2016.

LICENÇA DE USO
Direitos autorais das pessoas autoras, 2026. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

PUBLISHER
Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EQUIPE EDITORIAL
Martha Suzana Cabral Nunes, Maria Cleide Rodrigues Bernardino, Franciéle Carneiro Garcês da Silva.

COMO CITAR
SILVA, Thiago Felipe Soares da; NASCIMENTO, Natália Marinho do; BIZELLO, Maria Leandra. Urgência digital, desprestígio do analógico: a preservação da memória na lógica do capital. **Tendências da Pesquisa Brasileira e Ciência da Informação**, São Paulo, v. 19, n. esp., p. 1-23, jan./jun. 2026.